



Legislativo

Curso presencial

# TÉCNICA LEGISLATIVA E AVALIAÇÃO PROLEGIS:

Como elaborar  
Atos Legislativos  
Constitucionais,  
Legais e Aderentes  
aos Parâmetros de  
Avaliação do TCE-PR

05 a 07 de Agosto/ 2026

Curitiba/PR

*\*Evento Presencial*

*Vinicius Cortazio*



## Objetivo

Apresentar, de forma estruturada e metodológica, a aplicação do PROLEGIS no âmbito da produção legislativa municipal, demonstrando suas principais características, sua base normativa, seus eixos de avaliação e a relação entre a qualidade da atuação legislativa e os novos parâmetros de avaliação das contas das Câmaras Municipais. A partir dessa abordagem, o curso tratará dos principais fundamentos constitucionais, legais e jurisprudenciais da produção legislativa, com destaque para as competências legislativas da União e dos Municípios, os limites da competência suplementar, as hipóteses de iniciativa privativa, a separação dos Poderes e os critérios de constitucionalidade formal e material das proposições. Por fim, buscará capacitar os participantes para a elaboração de leis e demais atos normativos com maior segurança jurídica, clareza, coerência e qualidade técnica, observando especialmente a Lei Complementar nº 95/1998, de modo que a produção normativa da Câmara Municipal esteja alinhada aos critérios de qualidade, organização, controle e conformidade exigidos pelo PROLEGIS.

## Público-alvo

Vereadores, assessores parlamentares, servidores de Câmaras Municipais, procuradores legislativos, consultores legislativos e demais profissionais que atuam no âmbito do Poder Legislativo Municipal, bem como servidores e procuradores do Poder Executivo Municipal que desempenham atividades relacionadas ao apoio, à análise, à elaboração e ao acompanhamento de proposições legislativas e atos normativos.

### Local



**Hotel Saint Emilion,**  
CURITIBA-PR

### Carga horária:



**15hs**

### Horários



**05/08/2026** - 9h às 12h | 14h às 17h  
**06/08/2026** - 8h30 às 12h | 14h00 às 17h  
**07/08/2026** - 8h30 às 11h

# Conteúdo Programático

## MÓDULO 1 – PROLEGIS E A QUALIDADE DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL

- O que é o PROLEGIS.
- Base normativa: Instrução Normativa nº 197/2025 e Nota Técnica nº 38/2025.
- A nova lógica de avaliação das contas das Câmaras Municipais.
- Da análise contábil-financeira à avaliação da atuação institucional.
- Os seis eixos de avaliação do PROLEGIS.
- O eixo da atuação legislativa e da qualidade das leis votadas.
- As exigências da avaliação PROLEGIS relacionados à produção legislativa.
- Regimento Interno, tipos de proposições, tramitação legislativa, sistema eletrônico, controle de produtividade e avaliação da qualidade das leis.
- Consequências da avaliação nos exercícios de 2025, 2026 e 2027 (avaliação, ressalvas e rejeição de contas).

## MÓDULO 2 – COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E LIMITES CONSTITUCIONAIS DA PRODUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL

- Legística formal e legística material.
- Competência legislativa da União (Art. 22 da Constituição Federal).
- Matérias de competência privativa da União.
- Riscos de invasão de competência federal.
- Competência legislativa dos Municípios (Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal).
- Interesse local e Competência suplementar.
- Limites da atuação legislativa municipal.
- Quando a Câmara pode legislar e quando deve fiscalizar, indicar ou requerer.
- Exemplos práticos e jurisprudência do STF e principais Tribunais aplicada.

## MÓDULO 3 – INICIATIVA DAS LEIS, SEPARAÇÃO DOS PODERES E CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

- Iniciativa legislativa.
- Iniciativa comum e iniciativa privativa.
- Separação dos Poderes.
- Art. 61, § 1º, da Constituição Federal e aplicação por simetria aos Municípios.
- Matérias de iniciativa privativa do Prefeito. (Servidores públicos; Criação de cargos, funções, atribuições e despesas e demais temas)
- Iniciativa legislativa nas matérias Orçamentárias (PPA, LDO e LOA)
- Iniciativa Parlamentar no Âmbito Municipal: O que o Vereador Pode e Não Pode Propor
- Criação de despesas e exigências legais.
- Projetos autorizativos e seus riscos.
- Vício formal de iniciativa.
- Compatibilidade da proposição com a Constituição Federal (Direitos fundamentais, Legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, dentre outros princípios constitucionais)
- Vício material de inconstitucionalidade.
- Exemplos práticos e jurisprudência do STF e principais Tribunais aplicada.

# Conteúdo Programático

## MÓDULO 4 – IMPACTO LEGISLATIVO, ESPÉCIES NORMATIVAS E REDAÇÃO TÉCNICA DOS ATOS LEGISLATIVOS

- Avaliação de impacto legislativo (Necessidade, utilidade e viabilidade da proposição. Impacto jurídico, financeiro, administrativo, social e político.)
- Escolha da espécie legislativa adequada (Projeto de lei; Projeto de resolução; Projeto de decreto legislativo; Proposta de Emenda à Lei Orgânica; Lei Delegada, Medida Provisória, Indicação, Requerimento, Moção.
- Quando a demanda deve virar lei e quando deve seguir outro caminho parlamentar.
- Redação de projetos de lei e demais atos normativos.
- Lei Complementar nº 95/1998.
- Princípios da clareza, precisão e ordem lógica na produção legislativa.
- Estrutura do texto normativo.
- Ementa, epígrafe, preâmbulo, objeto, artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens.
- Cláusula de vigência e cláusula de revogação.
- Alteração e revogação de leis.
- Erros comuns na redação legislativa.
- Controle de qualidade da legislação produzida.

**Ministrante**

## Vinicius Cortazio



Advogado, especialista em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário, e especialista em Processo Legislativo Constitucional. Atualmente exerce a função de Secretário-Geral da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guarapari/ES, atuando na assessoria técnica e jurídica à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes e Temporárias e aos órgãos da estrutura administrativa do Poder Legislativo. Servidor efetivo da Câmara Municipal de Guarapari/ES há mais de 9 anos, possui sólida experiência na área legislativa, com destacada atuação em funções estratégicas e técnicas da Secretaria Legislativa, especialmente no assessoramento ao processo legislativo, na organização e condução dos trabalhos parlamentares, na fiscalização legislativa e no suporte institucional às atividades do Plenário e das Comissões. Atua também como consultor legislativo de Câmaras Municipais e de Vereadores, desenvolvendo atividades de consultoria e produção legislativa, elaboração e revisão de projetos de lei, regimentos internos e leis orgânicas municipais, aplicação da técnica legislativa, assessoramento a Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões Processantes, bem como na análise de constitucionalidade, legalidade e conformidade normativa dos atos legislativos. Além de sua atuação profissional, ministra cursos, capacitações e palestras nas áreas de Direito Público, Processo Legislativo, Técnica Legislativa e Gestão Legislativa, contribuindo para a qualificação de vereadores, assessores parlamentares, servidores públicos e profissionais que atuam ou desejam atuar no âmbito do Legislativo Municipal.

## Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: [www.unicursoscuritiba.com.br](http://www.unicursoscuritiba.com.br) ou pelo telefone (41) 3018-1802, ou pelo whats (41) 99950-5578.

**Valor: 2.590,00** *por participante*

### Incluído no valor:

- Apostilas
- Coffee break
- Certificados de participação.

## Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

### Informações bancárias

Banco do Brasil –  
Agência 1433-8  
Conta Corrente 54.542-2.

### PIX

CNPJ  
**19.949.769/0001-89**

*Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: [unicursoscapacitacao@outlook.com](mailto:unicursoscapacitacao@outlook.com) favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.*

*ATENÇÃO: "O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula".*